

Intelectuais, imprensa e a contestação ao regime monárquico.

Por: Mariana Nunes de Carvalho

Mestranda - UNIRIO

Resumo

Este trabalho consiste em identificar o discurso republicano proposto pelos intelectuais que utilizavam a imprensa como veículo difusor de seus ideais e de suas propostas políticas para a formação de um novo estado e também como forma de diálogo com o seu público alvo, a nova burguesia urbana. Busca-se delimitar o papel dos intelectuais neste processo de transição da monarquia para a república através da utilização de artigos no jornal A República. O periódico escolhido circulava na cidade do Rio de Janeiro, palco desta disputa e local onde as idéias políticas fervilhavam neste contexto de transição e ruptura da ordem política até então estabelecida.

Abstract

The main point of this article is to identify the republican speech proposed by the republicans who used the newspapers as a way to spread their ideas e their political points of view to the creation of a new government e also a new dialogue with their public. The way that these intellectuals fit in the process of transition from the Monarchy to the Republic through their articles in the newspaper A República, which used to be sold in Rio de Janeiro.

Durante a segunda metade do século XIX o Brasil viveu um período extremamente turbulento em sua História. Novos ideais emergiam diante de uma estrutura política que não atendia aos interesses de um grupo, a nova burguesia urbana, que ascendia no cenário político da época, buscando representação e participação na vida política brasileira. Contudo, não encontravam espaço no sistema que vigorava até

então. A base de sustentação do Império – a monarquia monocultora e escravista – via-se, então, em processo de desestruturação e era alvo de pesadas críticas.

No decorrer da década de 1870, a estrutura política vigente no Brasil começou a ruir empurrada por uma série de fatores. A Monarquia sentiu o peso da inoperância dos instrumentos tradicionais de controle político, dentre eles, o Poder Moderador. O conflito entre a fazenda escravocrata e a burguesia agrária paulista, mais capitalizada e disposta a investir numa força de trabalho mais moderna, e também interessada na reforma do sistema econômico e em vias de ascender ao centro do poder político ganhou força e maior representação conseguindo, assim, um maior número de adeptos à medida que o país “se modernizava” e aderiu às concepções políticas estrangeiras, especialmente européias. Dentre as propostas estavam a do fim da Monarquia e da abolição da escravidão.¹

A estas mudanças podemos identificar uma série de fatores que possibilitaram a criação e o fortalecimento do movimento republicano. Um desses fatores foi a Lei do Ventre Livre,² criada por D. Pedro II em 1871, que garantia liberdade aos cativos que nascessem a partir daquela data. Esta lei representou um duro golpe à ordem escravocrata, base de sustentação do regime monárquico e impulsionou o movimento abolicionista. Um outro fator que contribuiu com a desestruturação do império foi a crescente importância que os militares conseguiram ao saírem da Guerra do Paraguai como vencedores, e portanto, com um prestígio nunca antes tido. Aderindo aos ideais positivistas, também questionavam o regime monárquico e a sua estrutura. A rusga tida com a igreja católica, outro sustentáculo da monarquia, fato também conhecido como *Questão religiosa*, foi um outro motivo de enfraquecimento do poder imperial. Contudo, o golpe principal contra o Império do Brasil foi executado pelo próprio Imperador. A derrubada do gabinete de Zacarias de Góis por D. Pedro II em 1868 se voltou contra as regras costumeiras do jogo parlamentar. A crise de 1868 consistiu na demissão, pelo Imperador, do Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, embora existisse forte maioria Liberal na Câmara. Chamando um gabinete conservador, dissolvendo o Parlamento e convocando novas eleições, D. Pedro II dava, como

¹ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996. 2.a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 3.a ed., 2004.

² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1999.

diziam seus críticos, um verdadeiro golpe de Estado. Pode-se dizer que o grande processo de desintegração do sistema monárquico data daí. A queda do gabinete Zacarias provocou uma cisão no Partido Liberal em "Moderados" e "Radicais".³ As razões do Imperador, porém, foram graves: Caxias, motivado por questões pessoais com o primeiro-ministro Zacarias de Góis, ameaçou abandonar o comando das tropas da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, e o Imperador, entre prejudicar o andamento da campanha militar e demitir o governo, preferiu optar pela segunda opção. Esse ato abriu uma crise política de grandes proporções e profundidade, tanto entre liberais quanto entre conservadores. Os primeiros perderam quadros para as fileiras republicanas, que, em breve, se articulariam como partido. Os segundo os perderam para os liberais⁴. A decisão, embora traumática, não feria a lei maior, figurando entre as atribuições do Poder Moderador. Mas o seu efeito foi o de um catalisador de forças dispersas. E são as ressonâncias do ato que compõem a nova situação e valem como aquela ponta do *iceberg*. A reação dos políticos, da imprensa, dos intelectuais, dos centros acadêmicos em todo o País, aparece como uma cadeia de elos significativos e remete pergunta pelos valores em causa. Que liberalismo é esse que sai a campo em busca de um programa de reformas amplas, e já não se sente um mero ventríloquo das dissidências oligárquicas? A crise de 68 é o momento agudo de um processo que, de 65 a 71, levou à Lei do Ventre Livre.

Portanto, foi a partir deste impasse institucional que a necessidade de transformações mais profundas diferente daquelas promovidas pelo regime que então vigorava ficou mais evidente. Em termos econômicos, a crise na lavoura de café era resultado de uma estrutura de produção esgotada, provocada pela incapacidade de renovação dos recursos financeiros e manutenção de sua força de trabalho; politicamente, o fim da Monarquia estava ligado ao acirramento das discussões em torno da República e dos questionamentos diante da posição ideológica do próprio aparato institucional, levantando questões como o federalismo, a descentralização do regime, a reforma

³ Soares, Carlos Dalmiro da Silva. *EVOLUÇÃO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL IMPERIAL*.

⁴ SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*. Topbooks, Rio de Janeiro, 2002

eleitoral, a autonomia do judiciário e a liberdade religiosa, bem como a abolição da escravidão e a extensão da cidadania para todos os habitantes do país⁵.

À medida que a Crise Monárquica se acentuava e a figura do seu representante enfraquecia, surgia na imprensa nacional um movimento liderado por intelectuais com idéias contrárias ao regime de D. Pedro II. Juntamente com os militares, os intelectuais da época utilizavam elementos do próprio arsenal político imperial para atacar o regime. Segundo Ângela Alonso⁶, estes intelectuais diziam que a monarquia seria a causa do despotismo e da anarquia, e não o remédio. Tanto os intelectuais quanto os militares incorporavam em seu discurso elementos do liberalismo imperial e também uma visão científica da política. Buscavam o governo de todos por todos, aspirando uma maior participação na vida política do país, participação esta que não conseguiram e jamais conseguiriam no regime monárquico despótico.

Enfatizando o linguajar científico, este grupo que desejava o fim do Império ancorava-se em teorias políticas e econômicas para mostrar o fracasso do Brasil e atribuir a culpa ao Estado e à política Imperial. A escravidão e o conseqüente desprezo pelo trabalho teriam minado o desenvolvimento de atividades econômicas independentes. O Estado ficaria preso a uma rede de patronagem, produzindo uma hipertrofia do funcionalismo e inviabilizando o cumprimento das funções públicas que caracterizam o bom governo.⁷

Neste contexto de reorganização ideológica e de buscas de novas orientações políticas, a imprensa assumiu, então, um papel fundamental como veículo difusor destes ideais. O desenvolvimento do país, marcado pelo avanço da vida urbana, o crescimento da classe média e o esboço de uma burguesia, permitiu a ampliação das atividades culturais ligadas à imprensa. Dessa forma, uma maior parcela da população começou a ter acesso ao que antes era destinado somente a um seleto grupo. A larga utilização da imprensa para a difusão dos ideais republicanos e abolicionistas

⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp, São Paulo, 2000.

⁶ ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

⁷ IDEM

contrários ao Poder Imperial ficou bem explícita com surgimento de mais de vinte jornais republicanos somente no período de 1870 a 1872.⁸

Este trabalho demonstrará esta postura ideológica a partir da análise do periódico “A República”. Este jornal teve a sua primeira edição lançada em dezembro de 1870 e era órgão diário do Partido Republicano. Teve sua publicação encerrada em 28 de fevereiro de 1874 e foi resultado da fusão do *Correio Nacional e Opinião Liberal*. Contou com participantes ilustres como Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Salvador de Mendonça, entre outros.

Atribui-se a estes participantes do Manifesto Republicano o adjetivo de intelectuais – que aqui utilizamos o conceito defendido por Sirinelli, que lança mão de duas acepções para definir este termo: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais”, aqui inseridos o jornalista, o escritor, o professor e o erudito, e outra baseada “na noção de engajamento na vida da cidade como ator, testemunha ou consciência”, que traz em si possibilidades “dissonantes e polifônicas de representações”⁹ – torna-se, então, o responsável pelo discurso contrário ao Império e a representação negativa de D. Pedro II. Neste caso, os jornais de oposição, em especial o periódico *A República*, que é o objeto de estudo, estavam impregnados de mensagens políticas contrárias à estrutura imperial, que englobavam não somente a centralização monárquica como a estrutura escravocrata. É justamente em virtude da carga política de suas obras e das propostas apresentadas através de seus textos que o intelectual se enquadra no campo político.

Trabalhar com novos atores, como os intelectuais, permite compreender os rumos dos processos de transformação político-social do quadro institucional brasileiro. Para tal, parte-se do pressuposto da existência de uma dimensão política nas propostas estéticas construídas por intelectuais, na medida em que, como produtores de bens simbólicos, eles estão sempre elaborando interpretações da realidade social que tem uma dimensão de diagnóstico e outra de prognóstico com significativo poder de

⁸SODRÈ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

⁹SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.231-269.

comunicação social.¹⁰ Um outro fator para a utilização de tal fonte é considerar o jornal como fonte completa e complexa uma vez que ali convergiam posições e opiniões diversas e representativas. Também corresponde ao período de formação da grande imprensa nacional. Neste caso, os bens simbólicos produzidos pelos intelectuais são os artigos, expostos nos jornais, e responsáveis pela disseminação dos novos ideais políticos. Como já citado anteriormente, o periódico que aqui analisaremos é o jornal *A República*, em especial a sua primeira publicação, denominada e conhecida como *Manifesto Republicano*

O Manifesto, dentro do contexto de criação de representações do Império e do imperador, utiliza armas ideológicas do arsenal imperial para atacar este mesmo sistema. Podemos corroborar esta afirmação com o seguinte trecho retirado do próprio manifesto:

“Uma longa e dolor... experiência há doutrinado o homem, aos partidos e aos homens públicos em geral em nossa terra”

Este artigo também critica o sistema monárquico quando propõe a autonomia das províncias, utilizando como justificativa que

“... esta é mais que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardela que inscrevem em sua bandeira”.

Quanto à federação, esta é baseada na independência das provinciais elevando-se à categoria de estados:

¹⁰BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

“No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir...

A autonomia das províncias é, pois, para nós, mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa

bandeira.

O regime da federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar, perante a consciência nacional, os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim: Centralização — Desmembramento. Descentralização — Unidade. ”

“...Mas ainda quando, por signaes tão evidentes, não se houvesse já demonstrado a exigência das províncias quanto a esse interesse superior, a ordem de coisas que prepondera não pôde deixar de provocar o estygma de todos os patriotas sinceros. A centralisação, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarchisa os espíritos, comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos os arbítrio de um só poder, nulifica de facto a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satellites obrigados do grande astro da côrte - centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si - na ordem moral e política, como na ordem economica e administrativa.”

E concluem:

“...A autonomia das províncias, a sua desvinculação da côrte, a livre escolha dos seus administradores, as suas garantias legislativas por meio das assembleías provinciaes, o alargamento da esphera das municipalidades, essa representação resumida da família política, a livre gerência dos seus negócios, em todas as relações moraes e economicas, taes foram as condições características desse período de reorganisação social, claramente formuladas ou esboçadas nos projectos e nas leis que formaram o assumpto das deliberações do governo e das assembleás desse tempo...”

Um outro aspecto da monarquia que é excessivamente depreciado pelos autores do manifesto republicano e, conseqüentemente, pelos membros do partido republicano é o poder moderador. Considerando a origem divina desta forma de poder, os autores do manifesto o condenam da seguinte maneira:

“A soberania nacional só pode existir, só pode ser reconhecida e praticada em uma nação cujo parlamento eleito pela participação de todos os cidadãos tenha a suprema direção e pronuncie a ultima palavra nos publicos negócios.

Desde que exista em qualquer constituição, um elemento de coacção ao princípio da liberdade democrática, a soberania nacional está violada, é uma cousa irrita e nula, incapaz dos salutaes effeitos da moderna formula de governo – o governo de todos por todos...”

A crítica à monarquia apela, também, a argumentos do absolutismo para combater a monarquia. Bocaiuva, a quem é atribuída a redação do manifesto, recorre a Bossuet¹¹ para justificar a incompatibilidade entre as instituições monárquicas, que privilegiam pessoas, e o direito moderno, que atribui funções. Apoiando-se em Bossuet, constrói uma crítica do modelo político brasileiro. O modelo imperial e suas instituições são vistos como inconsistentes por combinarem o incompatível. A monarquia seria a causa, e não o remédio, do despotismo e da anarquia:

¹¹ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002; pag.180.

“...A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarchisa os espíritos, comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder, nulifica de facto a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados do grande astro da corte - centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si - na ordem moral e política, como na ordem económica e administrativa...”

O nosso estado é, em miniatura, o estado da França de Napoleão III. O desmatelamento daquele país que o mundo está presenciando com assombro não tem outra causa explicativa...”

Também notamos no discurso desses pensadores republicanos uma orientação com as idéias políticas que permeavam o meio intelectual estrangeiro da segunda metade do século XIX, uma vez que se mostram preocupados com a questão da modernidade e da inserção do Brasil neste contexto, além de uma visão científica da política e a linguagem organicista.

Organicistas uma vez que seu discurso está impregnado de termos químicos e metáforas orgânicas e físicas. Um exemplo destas definições encontradas no Manifesto são:

*“a pilha galvânica (...) que comunicava ao corpo social a centelha elétrica que devia propulsar (...) a inércia do governo ...
A convicção de alguns e o desencanto de muitos, fazendo fermentar o levedo dos odios legados pela monarquia que se desnacionalisára, a acção irritante do partido restaurador desafiando a colera dos oprimidos da vespera, armou também o braço de muitos cidadãos e a revolução armada pronunciou-se em varios pontos de paiz sob a bandeira das franquezas provinciaes.”*

Conclui-se, então, que o processo de transição da Monarquia para a República foi um período que marcou o fim de um regime que vinha em curso desde a independência, com uma determinada ordem estabelecida e seus papéis sociais definidos. A negação da instituição monárquica exprimia que uma nova ordem estava em eminência de surgir, aparecendo uma nova classe que clamava por ser ouvida e ter

seus anseios atendidos. Este impasse institucional deixava clara a necessidade de mudanças que surgiram com o processo republicano e abolicionista.

As transformações que estavam em curso representaram, então, a entrada do país em uma nova era, não somente pelas mudanças internas que vinha sofrendo, como também pelas influências externas que tinham um grande peso dentro da sociedade. O desenvolvimento do capitalismo e dos estudos científicos, as teorias federalistas, científicas e positivistas também representaram um fator de suma importância para a composição política e cultural de nossa sociedade, que ainda hoje adota o sistema republicano e federalista. Portanto, a imprensa tornou-se, então, uma arena importante nos debates sobre a modernização política do país ao destacar o fim da escravidão e o advento da República .

Quanto à utilização da imprensa como fonte de estudo, esta teve um papel fundamental como veículo difusor de ideais e ainda hoje assume este papel, sendo responsável pela formação de opinião. Reconhece-se, então, a importância da imprensa nos finais do século XIX como fórum de debates centrais da época. E aos intelectuais, atribui-se a estes o papel de mediadores culturais e criadores de bens simbólicos, uma vez que são responsáveis pela representação do Império e da República que estes aspiravam criar.

Referências Bibliográficas:

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de, "Do gráfico ao foto-gráfico: a presença na fotografia nos impressos". In: Rafael Cardoso (org.), *O design brasileiro antes do design*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 76-90.

BASTOS, Lúcia e MARTINS, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: Jean Piere Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

- BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados. Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- BHABA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998
- BOBBIO, Norberto, MATEUTTI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. São Paulo: Editora UNB / Imprensa Oficial, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMARGO, Mário de (org.), *Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de História*. 2ª edição. São Paulo: Bandeirantes Gráfica; Bauru (SP): EDUSC, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Pontos e Bordados. Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes, 2v*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Ed. Globo, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp, São Paulo, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil.. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FLEIÜSS, Max. "A caricatura no Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 80 (134): 583-609, 1916.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*, 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996
- _____. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- GOMES, Ângela de Castro. *Essa Gente do Rio...* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere – volume 2. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*, 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, in *RIHGB*, ano 156, n. 388, jul./set., 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.
- IPANEMA, Rogéria de. *A idade da pedra ilustrada: litografia - um monólito na gráfica e no humor do jornalismo do século XIX no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Belas Artes da UFRJ. Rio de Janeiro, 1995, 2 v.
- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1963, v.1, p. 95.
- LIMA, Manoel de Oliveira. *O Império Brasileiro (1822-1889)*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Porto Alegre caricata: a imagem conta a História*. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- _____. *A invenção da sociedade gaúcha*. Porto Alegre: Ensaios FEE n°2.,1993

PRADO, Maria Emília. *O estado como vocação. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

POCOCK, J. G. A .. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ; FGV, 1996

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história*

política. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1976.

VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo "*Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular*". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 78 (132): 505-608, 1915.